

À FLOR DA TERRA:
o Cemitério dos Pretos Novos no Rio de Janeiro

Júlio César Medeiros da Silva Pereira

À FLOR DA TERRA

**o Cemitério dos Pretos Novos
no Rio de Janeiro**

LETRCAPITAL

Copyright © Júlio César Medeiros da Silva Pereira, 2025

*Todos os direitos reservados e protegidos pela Lei nº 9.610, de 19/02/1998.
Nenhuma parte deste livro pode ser reproduzida ou transmitida, sejam quais
forem os meios empregados, sem a autorização prévia e expressa do autor.*

EDITOR João Baptista Pinto
REVISÃO Rita Luppi
PROJETO GRÁFICO Luiz Guimarães
CAPA Jenyfer Bonfim

CIP-BRASIL. CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO
SINDICATO NACIONAL DOS EDITORES DE LIVROS, RJ

P492f

3. ed.

Pereira, Júlio César Medeiros da Silva

À flor da terra: o cemitério dos pretos novos no Rio de Janeiro / Júlio César Medeiros da Silva Pereira. - 3. ed. - Rio de Janeiro : Letra Capital, 2025.

262 p. : il. ; 15,5x23 cm.

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-5252-165-1

1. Cemitério dos Pretos Novos 2 .Escravidão - Rio de Janeiro (RJ) - História. 3. Pessoas escravizadas - Tráfico - Rio de Janeiro (RJ) - História. 4. Cemitérios - Rio de Janeiro (RJ) - História. 5. Negros - Ritos e cerimônias fúnebres - Rio de Janeiro (RJ) - História. I. Título.

CDD: 305.896098153

25-98410.0

CDU: 393(=1:6=013)

Carla Rosa Martins Gonçalves - Bibliotecária - CRB-7/4782

LETRA CAPITAL EDITORA
Tels.: (21) 3553-2236 / 2215-3781 / 99380-1465
www.letracapital.com.br

*Para os meus filhos
Matheus, Juliana e Pollyana,
e para minha esposa e companheira Cristiana
e o meu querido netinho Bernardo.
Amo vocês.*

Agradecimentos

Este livro é a soma dos esforços empreendidos por muitos com o intuito de realizar uma pesquisa histórica para a compreensão de um tema tão hodierno e inquietante quanto a morte. Sei que tal feito não teria sido realizado sem a cooperação de várias pessoas e entidades que colaboraram da melhor forma possível. Dedico esta parte a elas, como devedor incondicional da consideração e do afeto de que fui alvo.

Agradeço a Deus por ter me dado a oportunidade de tomar conhecimento do tema deste livro e me concedido força e graça para que eu não tratasse de um assunto tão delicado de forma rude, nem banalizasse o que outros haviam achado comum.

Agradeço ao Programa de Pós-Graduação em História Social (PPGHIS) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), pelo suporte e pelo cabedal de conhecimento que me foi confiado. Da mesma forma, agradeço a CAPES pela bolsa concedida, que me proporcionou alguma tranquilidade para que eu pudesse me dedicar ao tema.

Algumas pessoas foram de um valor incomensurável para a realização deste trabalho. Dentre elas, quero agradecer ao meu orientador Professor Doutor José Murilo de Carvalho. Talvez ainda não tenham inventado palavras que possam expressar a gratidão que sinto. Na falta destas, uso outras, que embora não sejam completas, ajudam-me neste momento tão delicado. Agradeço-lhe pela compreensão e pelo apoio. Sua calma me deu a tranquilidade necessária para a produção da pesquisa, enquanto sua sobriedade me fez refletir sobre a necessidade de um rigor metódico e disciplinado no fazer constante do ofício de um historiador.

Sou imensamente grato à Professora Doutora Cristina Meneguello, do Departamento de História da Universidade de Campinas (UNICAMP), por ter lido os manuscritos deste trabalho, suas críticas e sugestões me ajudaram a ter uma visão mais

sóbria sobre os diferentes sujeitos históricos envolvidos na temática da morte e do cotidiano escravizado do Brasil oitocentista. Sua amabilidade foi decisiva e suas críticas muito oportunas.

Agradeço ao Professor Doutor Manolo Garcia Florentino pelo auxílio concernente às questões engendradas pelo tráfico escravista inserido na sociedade brasileira. Grande parte deste trabalho, ainda que por meio de outras fontes, dialoga com a sua produção historiográfica.

Agradeço ao Embaixador Alberto da Costa e Silva, aos historiadores Mary C. Karasch, João José Reis e Joseph C. Miller, que ouviram pacientemente alguns temas que inquietavam a mente deste aprendiz.

Agradeço à Samantha, amiga de longa data. Quero dedicar-lhe meus sinceros agradecimentos por ter transcrito o documento do abaixo-assinado que se encontra na Biblioteca Nacional e que está em péssimo estado de conservação e quase ilegível.

Agradeço à Ana Beatriz pela indicação de várias fontes do Arquivo Nacional, pela ajuda na pesquisa arqueológica e pelo debate travado em torno desta temática. Com entusiasmo me ouviu e, por vezes, me incentivou, ainda que o seu tema de trabalho não caminhe por essas mesmas águas.

De igual forma, agradeço à equipe de trabalho do Departamento Geral de Patrimônio Cultural (DGPC), que atualmente intitula-se Secretaria Extraordinária de Promoção, Defesa, Desenvolvimento e Revitalização do Patrimônio e da Memória Histórico-Cultural da Cidade do Rio de Janeiro (SEDREPACH), órgão da Prefeitura do Rio de Janeiro, dedicado à preservação de acervos culturais, que gentilmente me indicou fontes importantes para o desenvolvimento da pesquisa, assim como à Doutora Beatriz Kushnir, diretora do Arquivo da Cidade, que muito me incentivou e providenciou para que eu tivesse todo acesso possível às fontes do Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro.

Ainda no campo da pesquisa, não posso deixar de agradecer à Secretaria Municipal das Culturas e ao Arquivo da Cidade, pelo incentivo prestado à cultura e divulgação do conhecimento,

demonstrado, dentre outros meios, pela criação do Concurso de Monografia do Arquivo da Cidade – Prêmio Afonso Carlos Marques dos Santos. Agradeço-lhes por esta oportunidade ímpar de publicar este livro.

Agradeço também à Professora Doutora Claudia Rodrigues, cujo trabalho muito me inspirou a verificar qual teria sido a percepção da morte para aqueles estrangeiros recém-chegados, deixados à margem dos aparatos simbólicos da “cidade dos vivos”, restando-lhes, apenas, um pequeno campo santo de pequenas proporções e de ritos sumários. O Cemitério dos Pretos Novos, de fato, não poderia ser compreendido sem uma análise que levasse em conta todas as questões relacionadas ao bem morrer vivenciado na Corte do Brasil do século XIX.

Agradeço à Cristiana Pereira, minha esposa, amiga e companheira. O seu apoio foi indispensável ao longo destes duros anos. Sua dedicação foi sem medida, pois se as tarefas e obrigações que uma pesquisa séria impõe pôs à prova nossa convivência, ambas foram vencidas pela convicção de que os “melhores passos são aqueles que damos juntos”, e nesse caso, devo isso a ela, acima de tudo pela sua paciência e compreensão.

A todos que me ajudaram, aos amigos da FFP e aos funcionários dos arquivos por onde escarafunchei documentos, muito obrigado.

Nota à segunda edição

É inegável que as marcas da nossa ancestralidade africana estão cada vez mais delineadas no corpo e na alma do nosso povo. Nossa mistura étnica autoriza-nos a nos apresentarmos no cenário mundial como portadores de cargas genéticas dos continentes africano e europeu em grande escala. Tal afirmação não é gratuita nem livre de sanções. Essa mesma mistura que nos faz um gigante, também nos torna lentos na hora de agirmos internamente contra os preconceitos e as violências simbólicas, ainda praticadas em nosso meio, por aqueles que desejam negar ou apagar essa marca.

Tal tentativa de apagamento dessa marca não é nova. De forma semelhante tentaram apagar a nossa memória em 1830, quando o Cemitério dos Pretos Novos foi extinto, em decorrência da pressão inglesa pelo fim do tráfico atlântico, haja vista que tal cemitério era exclusivo para pretos novos, nomenclatura escravista dada aos escravizados recém-chegados ao porto do Rio de Janeiro durante os cerca de 380 anos de escravidão vivenciados no Brasil. Na ocasião, esse que fora o maior cemitério de escravizados de que se tem registro nas Américas, e quiçá no mundo, foi fechado e o seu nome apagado, não porque os sepultamentos ali realizados fossem feitos de forma precária, ou porque os corpos não eram sepultados e sim deixados “à flor da terra”, ou devido à extinção definitiva do tráfico, mas sim pela ação de uma manobra política feita para escamotear a continuação do infame comércio escravista que duraria pelo menos mais 20 anos ininterruptos.

Na verdade, esse não sepultamento, desrespeitando os ditames africanos e cristãos, já consistia nessa tentativa de apagamento, pois um povo sem ancestrais é um povo sem um referencial, sem uma matriz cultural, sem raiz e sem origem. Ao se negar um sepultamento digno aos pretos novos, impedia-se que os vivos possuíssem um referencial simbólico capaz de uni-los ante atrocidades inerentes à vida em cativeiro.

Felizmente, a despeito de tudo isso, a raiz africana não se apagou e podemos dar para esse fato pelo menos dois motivos: o primeiro é que os escravizados que sobreviveram às agruras escravistas conseguiram, de algum modo, manter acesas as marcas étnicas trazidas consigo nos porões fétidos dos navios negreiros, de modo que provavelmente até você, que lê esta nota, possa ser geneticamente oriundo de algum dos pretos novos aqui sepultados.

O segundo é aquele que nos leva a escrever esta nota à segunda edição de *À flor da terra*, pois isso também só é possível porque o livro germinou no coração de pessoas dos mais diferentes segmentos sociais, que se negaram a deixar que o legado ancestral ficasse no esquecimento. Antropólogos, artistas, historiadores, pesquisadores, sociólogos e até mesmo gente da comunidade do entorno se juntaram ao Sr. Petrucio G. dos Anjos e Ana Maria de La Merced, em cuja casa foi descoberto o cemitério, no intuito de somarem forças na luta pela manutenção e proteção da memória dos milhares de pretos novos ali sepultados.

Em 2006, portanto dez anos após o achamento do cemitério, foi criado o Instituto de Memória e Pesquisa Pretos Novos (IPN) com a finalidade propor reflexões, estimular projetos educacionais e de pesquisa para a preservação da memória relacionada aos fatos e acontecimentos do período escravista e os seus desdobramentos nos dias atuais; analisando, assim, suas consequências ao longo do nosso processo histórico, incorporados à diversidade cultural e étnica que compõe o nosso povo brasileiro.

Para tanto, o IPN se vê na obrigação de ser um local de debate, plural e apartidário, onde os mais variados pensamentos possam fluir sem as amarras institucionais que entravam a produção do conhecimento; pois entendemos que a cultura e o conhecimento devem estar onde o povo está e chegar ao maior número possível de pessoas a fim de que todos possam participar e serem os próprios agentes históricos encarregados de levar a semente do conhecimento do nosso passado.

Alguns fatos podem ser lembrados aqui, como esforços por parte de setores políticos no sentido de reparar a falta de apoio recebido pelo IPN durante esses longos anos de lutas; em primeiro lugar, o Prêmio Afonso Carlos Marques dos Santos, concedido a minha dissertação de mestrado intitulada “À flor da terra: o cemitério dos Pretos Novos no Rio de Janeiro”, defendida na Faculdade de Ciências e Letras da UFRJ em 1997, que culminou com a publicação de livro homônimo pela Garamond em parceria com a Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, foi um exemplo, inegável, do reconhecimento dado à pesquisa. Com efeito, os louros desse trabalho foram mais visibilidade do instituto e de sua luta para não cair no esquecimento.

Mais tarde, em 2010, o IPN foi agraciado com o Prêmio Rodrigo Melo Franco de Andrade, concedido pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), em Brasília, o que veio a contemplar o trabalho de Maria de La Merced à frente dessa instituição. O prêmio é concedido a museus que se destacaram na salvaguarda de patrimônios imateriais.

No mesmo ano, o IPN foi contemplado pela Secretaria de Cultura do Estado do Rio de Janeiro com um novo Ponto de Cultura, concretizando o nosso desejo de sermos uma instituição não só de pesquisa, mas também de transmissão do conhecimento. Desde então oferecemos diversas oficinas sobre temáticas relacionadas à história, arqueologia e sociologia a alunos e professores de diversas instituições. Finalmente, graças às diversas parcerias do IPN, abrigamos, hoje, uma exposição memorial digna da luta empreendida, dando continuidade a pequenas ações que possibilitam ao Cemitério dos Pretos Novos receber milhares de pessoas anualmente.

Dentro do grupo que compõe o núcleo de pesquisa do IPN, Reinaldo Tavares desenvolveu junto ao Museu Nacional da UFRJ, sob orientação da Professora Doutora Tânia Andrade Lima, a dissertação intitulada “O Cemitério dos Pretos Novos, Rio de Janeiro, Século XIX: uma tentativa de delimitação espacial” que, dentre outras coisas, dimensionou com sucesso o espaço físico que o Cemitério dos Pretos Novos ocupava quando da sua existência.

No campo da História, o mestre em História Social Claudio de Paula Honorato contribuiu muito com as suas pesquisas relacionadas ao mercado de escravizados no Valongo, enquanto Carla Marques tem procurado se ater ao problema da Zona Portuária do Rio de Janeiro, um tema atualíssimo e de grande importância para a região da Gamboa. Além desses, devemos citar a contribuição de muitos outros pesquisadores, como Suzi Aguiar, responsável pela parte pedagógica do instituto.

No exterior, passamos a contar com a colaboração da pesquisadora Autumn Barrett, do Departamento de Antropologia Histórica do College of William and Mary, que acompanhou em sua pesquisa de campo o nascimento do IPN, a luta pela manutenção do espaço de memória e muito nos incentivou com os relatos da batalha semelhante que ela e outros pesquisadores americanos travaram em relação a campos santos como o The African Burial Ground, de New York.

Assim, hoje somos mais do que quando começamos, menos do que desejamos, mas estamos convictos de que este livro foi uma semente importante nesse processo de construção do conhecimento. Portanto, acreditamos que já era hora de revisar o Cemitério dos Pretos Novos à luz de tudo que foi produzido sobre o tema, tentando trazer novos esclarecimentos que nos ajudem a compreender melhor a especificidade do campo santo.

Para tanto, esta edição foi ampliada aprofundando temas que não foram abordados à época, por tratar-se de uma dissertação de mestrado que, logicamente, sofria a imposição de espaço e forma. Tentamos também discutir com mais vagar aspectos importantes da cultura da morte, trazendo outros relatos etnográficos que comprovam a importância dos rituais de sepultamento na África, de modo que ficou robustecido o Capítulo 4, em que trato basicamente do continente africano. O tráfico negreiro foi objeto de pesquisas internacionais relevantes para o esclarecimento do traslado dos cativos ao longo do Atlântico.

Finalmente, as contribuições arqueológicas descobertas nesses últimos anos foram incluídas e, em alguns casos, corrigidas, pois quando escrevemos o texto original não havia

nenhuma pesquisa concluída sobre o assunto para que pudéssemos embasar-nos. Naquele momento, coube à História, ou seja, ao trato com as fontes primárias e a interpretação das fontes secundárias, a urdidura daquela trama tal qual se desenvolvia perante os meus olhos, a despeito da descrença de muitos, até mesmo no meio acadêmico, sobre a real existência de um cemitério exclusivo de escravizados onde, entretanto, os corpos não eram sepultados.

Temos então a satisfação de trazer ao grande público a segunda edição, revista e ampliada, de *À flor da terra*, acrescida da produção destes últimos anos. Fazemos isto com o sentimento de estar contribuindo um pouco mais para com o entendimento do funcionamento do Cemitério dos Pretos Novos, seu lugar e função, esperando também que o livro continue germinal, no sentido de despertar em cada um o desejo de conhecer cada vez mais essa faceta cruel, mas indelével do nosso passado.

Boa leitura!

Júlio César Medeiros da Silva Pereira

Nota à terceira edição

Chegar à terceira edição deste livro é, antes de tudo, uma vitória — uma vitória da memória, da persistência e da força de uma história que se recusou a permanecer soterrada nos escombros do descaso. À *flor da terra* nasceu como uma dissertação de mestrado, defendida sob a orientação generosa, crítica e inspiradora do saudoso Professor Doutor José Murilo de Carvalho (*in memoriam*), um mestre da historiografia brasileira e um incentivador incansável da seriedade com que o passado deve ser tratado. Esta obra também foi honrada, em 2006, com o Prêmio Afonso Marques do Arquivo Nacional, e agradeço, de modo especial, à então diretora da instituição, Professora Doutora Bia Kusnhir, cuja sensibilidade e compromisso com a história transformaram aquela dissertação em livro.

Hoje, quase duas décadas depois, ver o mesmo livro se tornar referência, ser lido nas escolas, pesquisado nas universidades e — de forma comovente — inspirar o enredo da Estação Primeira de Mangueira no Carnaval de 2025, é algo que ultrapassa qualquer expectativa inicial. O desfile da Mangueira, uma das mais tradicionais e respeitadas escolas de samba do Brasil, trouxe à luz a história dos Pretos Novos e o poder ancestral dos povos Bantos com a força e beleza que só a arte do samba é capaz de expressar.

Minha gratidão é profunda ao carnavalesco Sidnei França pela escolha do tema e pela maestria com que o desenvolveu. Sidnei não apenas leu o livro, mas o sentiu — e fez dele um espetáculo de cores, ritmo e memória. Na avenida, os Bantos finalmente ocuparam seu lugar de honra, não como personagens secundários da história do Brasil, mas como protagonistas de uma narrativa que insiste em florescer e frutificar pelo país. A ele e a toda a sua equipe, meu reconhecimento e respeito. Agradeço, também, ao amigo, ex-aluno e agora colega, Doutor Diones Motta, elo entre tantos mundos, que apresentou

o meu livro *À flor da terra* a Sidnei e viabilizou esse encontro que transformou palavra em samba, pesquisa em poesia e dor em resistência.

Outro marco desta edição é a celebração, neste ano de 2025, dos **251 anos de criação do Cemitério dos Pretos Novos**, que remonta a 1774. Um quarto de milênio se passou desde que corpos de africanos escravizados passaram a ser enterrados em valas comuns na região da atual Gamboa. Esses sepultamentos, invisibilizados pela história oficial, hoje emergem das covas rasas da indigência em que foram lançados com seus clamores por justiça, e é nosso dever ouvi-los. Também se completam **29 anos desde o achamento do sítio arqueológico**, ocorrido em 1996, quando Mercedes e Petrúcio Guimarães descobriram, por acaso, remanescentes esqueléticos humanos ao reformar sua residência. O que era para ser um lar, revelou-se chão sagrado — e Mercedes, com sua sensibilidade e firmeza, transformou-se em guardiã dessa memória.

Agradeço profundamente a ela, Mercedes, hoje presidente do Instituto de Pesquisa e Memória Pretos Novos (IPN), pelo carinho, paciência e por abrir as portas da casa aos pesquisadores. Sua luta incansável mantém o IPN de pé, mesmo diante de tantas adversidades. Também registro meu reconhecimento ao arqueólogo Reinaldo Tavares, cujo trabalho técnico e cuidadoso foi essencial para dar rigor científico às escavações e análises dos vestígios encontrados, e ao parceiro de pesquisa Claudio Honorato. Sua pesquisa sobre o Valongo é imprescindível para a compreensão da região e, sem ela, tudo o que se disser sobre aquela área é incompleto.

Esta edição também se beneficia de um avanço decisivo: os trabalhos de transcrição da fonte primária que embasou boa parte desta pesquisa — o livro de óbitos de escravos da Freguesia de Santa Rita (1824-1830) — conduzidos com esmero pelo Professor Doutor João Carlos Nara Júnior e sua equipe. Graças a esse trabalho minucioso, foi possível sanar dúvidas, corrigir pequenos erros e fortalecer a base documental do livro. A eles, meu sincero agradecimento.

Por fim, agradeço à Letra Capital Editora e ao Instituto de Pesquisa e Memória Pretos Novos pela parceria que tornou possível tanto a publicação deste fac-símile precioso quanto a chegada desta terceira edição às mãos do leitor. Ver, em formato impresso, a fonte com a qual trabalhei há mais de dez anos é algo profundamente emocionante. Esta publicação democratiza o acesso ao documento e permite que mais pessoas toquem — com os olhos e com o coração — essa parte tão dolorosa e, ao mesmo tempo, tão viva da nossa história.

Então, *À flor da terra* continua, portanto, a sua missão: dar nome aos anônimos, dar corpo aos fragmentos, dar memória ao silêncio. E agora, mais do que nunca, ele dança no compasso do samba, canta nos versos do povo e se inscreve, com alegria e responsabilidade, no coração de todos aqueles que se recusam a esquecer. Se você é um destes, e eu acredito que sim, este livro é para você.

Júlio César Medeiros da S. Pereira

Rio de Janeiro, junho de 2025.

Sumário

Prefácio à primeira edição	21
<i>José Murilo de Carvalho</i>	
Prefácio à terceira edição.....	25
<i>Prof. Dr. Babalawô Ivanir dos Santos</i>	
Introdução	27
 CAPÍTULO I - Religiosidade e morte: lugares fúnebres no Rio de Janeiro dos séculos XVIII a XIX.....	
45	
Aspectos geográficos da cidade: um lugar para morrer	45
Aspectos sociais e religiosos na América portuguesa: os sacramentos e as irmandades bem presentes na hora da morte.....	55
Os lugares dos mortos e suas representações na cultura católica ocidental.....	75
Conclusão	80
 CAPÍTULO 2 - O Cemitério dos Pretos Novos e o seu entorno	
81	
Igreja e cemitério, uma combinação útil	81
Mercado e cemitério, uma nefasta combinação	90
Cemitério e moradores do entorno: mobilização e propostas para o fim do cemitério do valongo	98
Conclusão	119

CAPÍTULO 3. História e arqueologia: revelações e redescobertas.....	121
As doenças que frequentemente faziam os escravizados descerem à sepultura	121
O cemitério dos pretos novos padrões de sexo e faixa etária	132
As descobertas arqueológicas	157
<i>The african burial ground</i> , um caso diferente.....	168
Conclusão	171
CAPÍTULO 4 - Viver e morrer em África.....	178
Portos, última parada antes da travessia do atlântico, a <i>kalunga</i> grande	178
Entre tratados e acertos, deslocamento do tráfico atlântico para a África central atlântica de predominância banto	194
Povos bantófonos. Sociedade e cosmogonia	202
O que seria a morte dentro da cultura banto.....	216
A importância dos ancestrais na cosmologia banto.....	231
Conclusão	237
Referências	245
Anexos	255

Prefácio à primeira edição

José Murilo de Carvalho (in memoriam)

No meio deste espaço [de 50 braças] havia um monte de terra da qual, aqui e acolá, saíam restos de cadáveres descobertos pela chuva que tinha carregado a terra e ainda havia muitos cadáveres no chão que não tinham sido ainda enterrados.

Assim o viajante alemão G. W. Freireyss descreveu o Cemitério dos Pretos Novos, em 1814. A chuva descobria os cadáveres porque eram sepultados à flor da terra, a um palmo de profundidade. Como consequência da exposição dos cadáveres, agravada pela demora na inumação, um mau cheiro insuportável invadia as redondezas e infernizava a vida dos moradores.

O cemitério destinava-se ao sepultamento dos pretos novos, isto é, dos escravizados que morriam após a entrada dos navios na Baía de Guanabara ou imediatamente depois do desembarque, antes de serem vendidos. Ele funcionou de 1772 a 1830 no Valongo, faixa do litoral carioca que ia da Prainha à Gamboa. Funcionara antes no Largo de Santa Rita, em plena cidade, próximo de onde também se localizava o mercado de escravizados recém-chegados. O vice-rei, marquês do Lavradio, diante dos enormes inconvenientes da localização inicial, ordenou que mercado e cemitério fossem transferidos para o Valongo, área então localizada fora dos limites da cidade. O Valongo entrou, então, para a história da cidade como um local de horrores. Nele, os escravizados que sobreviviam à viagem transatlântica recebiam o passaporte para a senzala. Os que não sobreviviam tinham seus corpos submetidos a enterro degradante. Para todos, era o cenário tétrico do comércio de carne humana.

O cemitério foi fechado em 1830 em decorrência de inúmeras reclamações dos moradores que, aos poucos, povoaram o local, e do tratado de extinção do tráfico imposto pela Inglaterra, ratificado em 1827 para entrar em vigor três anos depois. Em tese, se não havia mais tráfico, não podia haver pretos novos e,

sem esses, não podia haver “cemitério de pretos novos”. A história do tráfico foi outra, mas o cemitério foi de fato fechado. Após 1830, mercado e cemitério saíram do Valongo. O tráfico e a prática do sepultamento à flor da terra deslocaram-se para outros locais. Nos seis anos antes do fechamento, mais de 6.000 escravizados foram enterrados no Valongo, se se pode assim descrever o tratamento dado aos cadáveres. Projeto da Prefeitura do Rio de Janeiro tenta hoje recuperar o que restou do local com a ajuda de pesquisas arqueológicas.

Foram bem estudadas e são bem conhecidas as violências contra os escravizados vivos. Mas pouco se sabe sobre as violências contra os mortos, praticadas em locais como o Cemitério dos Pretos Novos do Valongo e em cemitérios semelhantes que devem ter existido em outros portos de grandes desembarques de cativos, antes e depois de 1830. É dessa violência que trata este livro de Júlio César Medeiros, escrito originalmente como dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

O autor foi feliz no tratamento do tema. Saliento duas entre outras virtudes do texto. A primeira tem a ver com o estilo. Forçado a enfrentar a intensa carga emocional embutida no tema, Júlio César soube manter a sobriedade exigida pelas regras de um trabalho acadêmico. Entendeu, sem dúvida, que a crueza da história em si era suficientemente eloquente e que qualquer recurso retórico adicional serviria apenas para reduzir o impacto de sua brutalidade. O livro de óbitos de escravos da Freguesia de Santa Rita, sua principal fonte de dados, aparentando fornecer frias estatísticas, na verdade é ele mesmo um grito de denúncia.

A segunda diz respeito à maneira como o tema é abordado. O cemitério é analisado em suas variadas conexões, em seus múltiplos significados. A principal conexão era, naturalmente, com o tráfico. No Valongo chegavam os escravizados novos; lá eram vendidos os vivos, lá eram enterrados os que morriam. Mais tráfico, mais escravizados a serem vendidos e mais cadáveres

res a serem sepultados. A partir da chegada da Corte do príncipe D. João em 1808, cresceu muito a entrada de cativos pelo porto do Rio de Janeiro. Em 1807, entraram menos de 10 mil; em 1822, foram quase 21 mil; em 1828, 45 mil. Só neste último ano foram enterrados mais de 2.000 pretos novos no Valongo.

Outra dimensão do tráfico importante para o estudo do cemitério era a origem geográfica dos escravizados. Nas primeiras décadas do século XIX, além do aumento do número absoluto de escravizados, houve também concentração regional. Entraram, em proporção cada vez maior, cativos provenientes da África Central Atlântica, região de predomínio da cultura banto. Ao determinar a cultura dos pretos novos, ficava o autor capacitado para avaliar o que significava para eles o enterro sem ritual, em vala comum e à flor da terra.

Júlio César estuda também a relação umbilical do cemitério com a cidade do Rio de Janeiro e seus habitantes. Traficantes queriam espaço mais favorável a seus negócios, moradores exigiam a retirada do cemitério, primeiro de Santa Rita, depois do Valongo, autoridades preocupavam-se com as condições higiênicas e sanitárias comprometidas pela presença de um campo tão pouco santo.

Mas o ponto forte do livro é a análise que Júlio César faz da violência cultural embutida nas práticas adotadas no Cemitério dos Pretos Novos. A administração do cemitério era da responsabilidade da Paróquia de Santa Rita, uma entidade católica que cobrava do Estado pelo serviço. Apesar disso, além de serem os enterros feitos em cova rasa, os corpos eram enterrados nus, envoltos e amarrados em esteiras, sem qualquer ritual religioso, reza, encomendação ou sacramento. Ora, muitos dos pretos novos tinham sido previamente batizados, às vezes ainda na África; eram, portanto, católicos e tinham direito a um enterro católico. Os não batizados, mesmo não sendo católicos, mereceriam de qualquer modo algum respeito cristão por sua simples condição de seres humanos. No entanto, os pretos novos, batizados ou não, eram enterrados do mesmo modo que muitos escravizados baianos no século XVIII, “como se fossem brutos

animais”, como denunciou o arcebispo da Bahia, D. Sebastião Monteiro da Vide, nas suas *Constituições primeiras do arcebispado da Bahia*, publicadas em 1720.

Do ponto de vista dos pretos novos, batizados ou não, o dano moral causado pelas práticas usadas no cemitério era irreparável. Dos barracões do Valongo, eles podiam avistar o local dos enterros. Os que morriam talvez não tivessem tempo de tomar conhecimento do que aconteceria a seus corpos após a morte. Mas sabiam-no seus parentes, amigos e outros companheiros de infortúnio. Na cultura banto, esclarece Júlio César, a morte era assunto muito sério para os indivíduos e, mais ainda, para a comunidade. Ela constituía um elo entre o mundo dos vivos e o sobrenatural. O morto, desde que inumado de acordo com os rituais, incorporava-se à comunhão dos antepassados, passava a integrar a cadeia que unia vivos e mortos. Sem o acompanhamento dos rituais fúnebres, ele se tornava um desgarrado, um sem lugar, ocupado permanentemente em atormentar seus parentes vivos.

Pode-se imaginar a angústia que tal perspectiva despertava nos cativos, tanto mais dolorosa por vir na sequência de outra dor maior, a da escravização. Tanto sofriam os que iam morrer como os que sobreviviam, pois para ambos rompiam-se os laços sociais e culturais.

É esse mundo marcado pelo sofrimento de uns e pelo desrespeito de outros, um mundo de práticas desumanas, que Júlio César nos revela, apoiado em documentos de arquivos, em testemunhos de viajantes, em estudos sobre a cultura da morte nas tradições católica e banto. Ao horror dos navios negreiros e das senzalas, será preciso acrescentar agora o do Cemitério dos Pretos Novos.

Prefácio à terceira edição

Prof. Dr. Babalawô Ivanir dos Santos

PPGHC/UFRJ e CEAP

Quero aqui começar com o seguinte trecho,

“Sou a voz do gueto, dona das multidões

Matriarca das paixões, Mangueira

O povo banto que floresce nas vielas

Orgulho de ser favela.”

À Flor da Terra – No Rio da Negritude Entre Dores e Paixões.

G.R.E.S. Estação Primeira de Mangueira (RJ)

Confesso que ainda me faltam palavras para descrever a primor reflexivo do livro “À flor da terra”, escrito pelo professor doutor Júlio César Medeiros da Silva Pereira.

Centrada no contexto dos séculos XIX, a obra busca evidenciar e tirar do silenciamento a história do Cemitério dos Pretos Novos, destinado ao sepultamento dos escravizados que morriam após a entrada dos navios na Baía de Guanabara ou após o desembarque, antes de serem vendidos nos mercados de escravizados.

Evidenciando os horrores dos processos do tráfico transatlântico, a desumanidade e desrespeito com os escravizados mortos que não recebiam um sepultamento digno de acordo com as suas crenças e confissões religiosas, seja ela cristã ou banto.

Mas aqui quero apontar, para além do brilhantismo acadêmico, a importância da pesquisa como fonte de reconstrução e questionamentos sócias, culturais, políticos, econômicos e espirituais diante das mazelas que as pessoas negras e periféricas ainda enfrentam.

Pois, ainda estamos sobre “à flor da terra”!

Cá do meu canto, enxergo a pesquisa expressa no livro como conceito de Sankofa. Adinkra que enfatiza a importância de compreender e aprender com o passado para construir um futuro melhor.

Um pé no passado e um a caminhar no presente apontando para o futuro, tal como cantou a Estação Primeira de Mangueira no enredo À Flor da Terra – No Rio da Negritude Entre Dores e Paixões.

Introdução

À flor da terra – No Rio da negritude entre dores e paixões
Sou Luanda e Benguela.
A dor que se rebela, morte e vida no oceano
resistência quilombola dos pretos novos de Angola
de cabinda, suburbano
tronco forte em ribanceira, flor da terra de mangueira
revel do santo Cristo que condena
mistério das kalungas ancestrais
que o tempo revelou no cais
e fez do rio minha África pequena.
Ê, malungo, que bate tambor de congo
faz macumba, dança jongo, ginga na capoeira.
Ê, malungo, o samba estancou teu sangue
de verde e rosa renasce a nação de zambi.
Bate folha pra benzer, pembelê, kaiano
guia meu camutuê, mãe preta ensinou.
Bate folha pra benzer, pembelê, kaiano
sob a cruz do seu altar inquite incorporou.
Forjado no arrepio da lei que me fez vadio
liberto na senzala social,
malandro, arengueiro, marginal
na gira, jogo de ronda e lundu
onde a escola de vida é zungu, fui risco iminente
o alvo que a bala insiste em achar
lamento informar... um sobrevivente.
Meu som por você criticado
sempre censurado pela burguesia
tomou a cidade de assalto
e hoje no asfalto a moda é ser cria,
quer imitar meu riscado, descolorir o cabelo
bater cabeça no meu terreiro.
É de arerê, força de matamba,
é dela o trono onde reina o samba.
Sou a voz do gueto, dona das multidões
matriarca das paixões, Mangueira
o povo banto que floresce nas vielas
orgulho de ser favela.

(Samba-enredo da Escola de Samba Mangueira, Carnaval 2025)

À flor da terra – no rio da negritude entre dores e paixões

Autores: Lequinho, Júnior Fionda, Gabriel Machado, Júlio Alves,
Guilherme Sá e Paulinho Bandolim).

Este livro é uma versão corrigida de minha dissertação de mestrado, apresentada em 2006, junto ao Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Ele se ocupa da temática da morte e do sepultamento dos escravizados africanos recém-chegados da África, no Cemitério dos Pretos Novos, no Rio de Janeiro. Nosso foco é o processo de criação e extinção desse campo-santo, entre 1774 e 1830. Procuramos realizar ao longo do texto uma análise dos fatos que revelam a especificidade do cemitério, a possível ausência de paramentos fúnebres no local, o embate travado entre moradores e poder público, bem como a sua relação intrínseca com o tráfico de escravizados. Sendo a escravidão um campo privilegiado para se pensar a nossa sociedade, sobretudo em momentos de tensões e contradições sociais, o estudo do cemitério pode constituir uma proposta no mínimo desafiadora.

A morte não é um tema novo. Segundo Francis Haskell¹, Michelet, que teria sido uma das fontes de inspiração de Lucien Febvre, desejava, de alguma forma, fazer com que os mortos tivessem uma voz audível na sociedade de sua época. Ou seja, ele julgava que o papel do historiador era o de “dar vida ao passado”. Michelet, assim como vários historiadores do século XIX, foi suplantado no tocante à prática e a questões epistemológicas. Entretanto, não se pode negar que, para além de todas as dificuldades que a questão implica, cada historiador, em seu tempo e a seu modo, reconstrói o que, segundo o seu entender, teria sido o passado.

Para circunscrevermos da melhor forma possível nosso campo, procuramos o referencial teórico de recentes estudos sobre a morte, empreendidos pela história social e das mentalidades, centrados na produção francesa a respeito das diversas atitudes e sensibilidades coletivas diante da morte. Os princi-

¹ HASQUEL, Francis. *History and its Images: art and the Interpretation of the past*. New Haven: Yale University Press, 1993, p. 240.

pais deles foram realizados por Philippe Ariès, e Michel Vovelle². Ao lado destes, outros historiadores, tais como Jacques Revel e Carlo Ginzburg, ambos no campo da microanálise, também são fundamentais para o tipo de abordagem e o tratamento dispensado às fontes. No Brasil, os estudos empreendidos no campo da escravidão, tais como os de Mary C. Karasch, Manolo Florentino, José R. Pinto de Góes e Robert W. Slenes, foram de igual valia no tocante ao entendimento do funcionamento do tráfico transatlântico e sua influência no cotidiano escravizado.

O estudo da religiosidade não pôde ser deixado de lado já que, sem ele, a decifração do catolicismo dito “barroco” seria um passo irrealizável. Os trabalhos de Mariza Soares e Marina de Mello e Sousa nos dão a chave para o entendimento dessa questão tão peculiar que é a nossa religiosidade. Ao lado destes nomes, ressalto os trabalhos realizados por João José Reis e Claudia Rodrigues, importantíssimos para a criação de um diálogo para o tema da morte no Brasil imperial.

Disseram certa vez que “a morte havia ocupado os sociólogos, antropólogos, pintores, poetas e agentes funerários, mas não os historiadores”. Hoje, esta afirmação não é mais verdadeira, haja vista o interesse cada vez maior pelo tema por parte da historiografia. Isso se deu, sobretudo por causa de um movimento que caminha na direção de resgatar momentos do cotidiano, uma outra faceta da história de pessoas simples que trazem nos atos mais corriqueiros demonstrações de comportamento que nos ajudam a entender como os homens se relacionam entre si. Esses momentos podem tratar da lida diária, da fadiga, das alegrias e frustrações, dos desencontros e contradições, das esperanças e ilusões, dos imponderáveis da vida, do nascimento e – por que não dizer? – da morte.

Os trabalhos sobre a morte compõem o campo de referência deste livro. A partir deles construímos o cenário no qual os atores sociais desempenham seus papéis e se movimentam. Esta interdisciplinaridade nos proporcionou maior abrangência

² Para um panorama das diversas atitudes perante a morte, ver: ARIÈS, Philippe. *O homem diante da morte*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1989.